



Universidade Federal da Paraíba - UFPB
Centro de Ciências Aplicadas e Educação – CCAE
Departamento de Ciências Sociais Aplicadas – DCSA
Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis

A percepção dos contadores sobre a relevância do controle interno na prevenção de fraudes digitais em micro e pequenas empresas de Guarabira-PB

Contabilidade Gerencial

Marilayne Freitas de Souza – UFPB/CCAIE - marilaynefreitas123@gmail.com
Luiz Gustavo De Sena Brandao Pessoa - UFPB/CCAIE - luizgustavo@academico.ufpb.br

Resumo: O avanço das tecnologias da informação tem promovido profundas transformações no ambiente empresarial, ampliando a eficiência dos processos organizacionais e a agilidade nas transações financeiras. Entretanto, esse cenário também tem favorecido o aumento das fraudes digitais, especialmente em organizações que possuem estruturas administrativas mais simples e menor nível de maturidade em segurança da informação. Nesse contexto, as micro e pequenas empresas (MPEs) tornam-se particularmente vulneráveis, em razão da limitação de recursos financeiros, da ausência de políticas formais de governança e da fragilidade dos mecanismos de controle interno. Diante dessa realidade, o presente estudo tem como objetivo analisar a percepção dos contadores sobre a relevância do controle interno na prevenção de fraudes digitais em micro e pequenas empresas de Guarabira-PB. Para alcançar esse objetivo, adotou-se uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas junto a três profissionais contábeis que atuam em escritórios responsáveis pela prestação de serviços a micro e pequenas empresas da referida localidade. Os resultados da pesquisa indicam que muitas micro e pequenas empresas ainda apresentam fragilidades significativas em relação à implementação de controles internos, sendo comum a utilização de registros informais, planilhas simples ou anotações manuais para o controle das atividades financeiras. Entre as principais fragilidades identificadas, destacam-se a mistura entre finanças pessoais e empresariais, a ausência de planejamento financeiro estruturado e o baixo uso de relatórios gerenciais para a tomada de decisões. Em relação às fraudes digitais, foram relatadas tentativas de golpes envolvendo boletos falsos, e-mails fraudulentos e solicitações indevidas de pagamento. Nesse contexto, os profissionais contábeis destacaram a importância da orientação preventiva, da realização de conciliações bancárias, da verificação de pagamentos e da adoção de ferramentas de segurança digital. Conclui-se que o fortalecimento dos controles internos, aliado ao suporte técnico do profissional contábil, representa um elemento fundamental para a prevenção de fraudes digitais e para o fortalecimento da gestão das micro e pequenas empresas.

Palavras-chave: Controle interno; Fraudes digitais; Micro e pequenas empresas; Contabilidade.

1 Introdução

No contexto empresarial contemporâneo, marcado pela transformação digital e pela crescente informatização dos processos organizacionais, as fraudes digitais configuram-se como uma das principais ameaças à segurança econômica e à continuidade das empresas. O avanço das tecnologias da informação ampliou significativamente a eficiência operacional das

organizações, permitindo maior agilidade no processamento de dados, nas transações financeiras e na comunicação corporativa (Trindade et al., 2025).

Contudo, esse mesmo ambiente digital também criou novas oportunidades para práticas ilícitas relacionadas à manipulação de dados, invasões de sistemas, falsificação de informações financeiras e crimes cibernéticos. De acordo com dados da Serasa Experian (2023), o Brasil registra milhões de tentativas de fraudes digitais anualmente, afetando especialmente empresas de menor porte, que frequentemente apresentam menor maturidade em relação aos mecanismos de controle interno e à segurança da informação.

Nesse cenário, as micro e pequenas empresas (MPEs) desempenham papel fundamental na economia nacional. Segundo dados do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE (2023), esse segmento representa aproximadamente 99% dos empreendimentos existentes no país e é responsável por parcela significativa da geração de empregos formais. Além de sua relevância econômica, as MPEs possuem forte impacto no desenvolvimento regional, contribuindo para a dinamização da economia local e para a geração de renda em diferentes setores produtivos.

Apesar de sua importância econômica e social, muitas micro e pequenas empresas enfrentam desafios relacionados à gestão administrativa e financeira. Em grande parte dos casos, essas organizações operam com estruturas administrativas reduzidas, ausência de políticas formais de governança corporativa e limitações financeiras que dificultam investimentos em tecnologia, sistemas de gestão e mecanismos estruturados de controle interno (Souza; Bauer; Coletti, 2020). Essas características podem aumentar a exposição dessas empresas a riscos operacionais e financeiros, incluindo a ocorrência de fraudes digitais (Trindade et al., 2025).

A fragilidade dos sistemas de controle interno constitui um fator relevante nesse contexto, pois a ausência de procedimentos formais de monitoramento e verificação pode facilitar a ocorrência de erros, irregularidades e práticas fraudulentas. Conforme destaca Attie (2018), os controles internos consistem em um conjunto de procedimentos, normas e práticas adotadas pelas organizações com o objetivo de proteger seus ativos, garantir a confiabilidade das informações contábeis e assegurar a eficiência das operações. Dessa forma, a implementação de controles adequados contribui significativamente para a prevenção de fraudes e para a redução de riscos organizacionais.

A atuação do profissional contábil assume papel estratégico na orientação e no fortalecimento dos controles internos dentro das empresas. O contador, ao acompanhar as rotinas financeiras e administrativas das organizações, pode auxiliar na identificação de inconsistências, na organização das informações contábeis e na implementação de práticas de gestão mais seguras. Nesse sentido, Marion (2018) ressalta que o profissional contábil tem ampliado sua atuação nas organizações, passando a desempenhar não apenas funções operacionais, mas também um papel consultivo e estratégico no apoio à tomada de decisões gerenciais.

No ambiente digital, essa atuação torna-se ainda mais relevante, uma vez que muitas fraudes ocorrem por meio de transações eletrônicas, envio de boletos falsos, mensagens fraudulentas ou tentativas de obtenção indevida de dados financeiros das empresas (Souza; Bauer; Coletti, 2020). Assim, a orientação contábil pode contribuir para a adoção de práticas preventivas, como a realização de conciliações bancárias periódicas, a verificação de pagamentos antes de sua efetivação e a implementação de rotinas de controle financeiro mais estruturadas (Trindade et al., 2025). Ademais, verificou-se uma lacuna na literatura acerca desse tema, são bastante escassos os estudos que enfocam as fraudes digitais em pequenas e micros empresas, e a percepção dos contadores acerca desse fenômeno.

Diante desse contexto, torna-se relevante compreender como os mecanismos de controle interno podem contribuir para reduzir os riscos de fraudes digitais nas micro e pequenas

empresas, especialmente em contextos regionais onde essas organizações possuem menor acesso a práticas estruturadas de gestão e segurança da informação. Nesse sentido, surge a seguinte questão de pesquisa: **Como os contadores percebem a relevância do controle interno na prevenção de fraudes digitais em micro e pequenas empresas de Guarabira-PB?**

A partir desse problema de pesquisa, o presente estudo tem como objetivo geral analisar a percepção dos contadores sobre a relevância do controle interno na prevenção de fraudes digitais em micro e pequenas empresas de Guarabira-PB. Como objetivos específicos, buscase: identificar os tipos mais recorrentes de fraudes digitais enfrentadas por micro e pequenas empresas; analisar a percepção de profissionais contábeis sobre os controles internos adotados por essas organizações e descrever o papel do profissional contábil no tocante a orientação visando prevenir fraudes digitais.

A relevância desta pesquisa justifica-se pela crescente incidência de crimes digitais no ambiente empresarial e pela necessidade de fortalecimento dos mecanismos de controle interno nas micro e pequenas empresas, especialmente em contextos regionais onde o acesso a práticas estruturadas de gestão ainda é limitado. Ao investigar a percepção de profissionais contábeis que atuam na realidade local de Guarabira-PB, o estudo contribui para ampliar o entendimento acerca das vulnerabilidades digitais enfrentadas por esse segmento empresarial, bem como evidencia a importância da contabilidade como instrumento de apoio à gestão e de proteção patrimonial das organizações.

Por fim, o estudo delimita-se à análise da contribuição dos controles internos no processo de identificação e prevenção de fraudes digitais em micro e pequenas empresas situadas no município de Guarabira, estado da Paraíba, considerando suas características organizacionais, operacionais e administrativas, bem como a percepção de profissionais contábeis que atuam diretamente no atendimento a esse segmento empresarial.

2 Fundamentação teórica

2.1 Micro e Pequenas Empresas no Contexto Econômico Brasileiro

As micro e pequenas empresas (MPEs) desempenham papel fundamental no desenvolvimento econômico e social brasileiro, sendo responsáveis por significativa parcela da geração de empregos, renda e dinamização das economias locais. De acordo com dados do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2023), esse segmento representa aproximadamente 99% das empresas formalizadas no país e responde por cerca de 30% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, evidenciando sua relevância para a sustentabilidade econômica e para o fortalecimento do empreendedorismo no Brasil.

Apesar da expressiva participação econômica, as MPEs enfrentam desafios significativos relacionados à gestão administrativa e financeira. Segundo Chiavenato (2020), empresas de pequeno porte geralmente apresentam estruturas organizacionais simplificadas, nas quais o proprietário acumula múltiplas funções gerenciais, operacionais e financeiras, o que pode comprometer o planejamento estratégico e o controle adequado das atividades empresariais.

No campo da gestão contábil, observa-se que muitas micro e pequenas empresas utilizam a contabilidade predominantemente para atendimento de exigências fiscais, negligenciando seu potencial como ferramenta de apoio à tomada de decisões. Conforme destaca Marion (2018), a contabilidade gerencial constitui instrumento essencial para o controle patrimonial, análise de desempenho e planejamento empresarial, sendo indispensável para a continuidade das organizações em ambientes competitivos.

Outro desafio recorrente refere-se à ausência de sistemas formais de controle interno. De acordo com Iudícibus (2015), a confiabilidade das informações contábeis depende diretamente da existência de procedimentos estruturados de registro, verificação e monitoramento das operações empresariais. Nas MPEs, entretanto, tais mecanismos frequentemente são inexistentes ou aplicados de maneira informal, ampliando riscos operacionais e financeiros.

A limitação de recursos financeiros também representa fator crítico para a adoção de práticas modernas de gestão e tecnologia da informação. Conforme analisam Robbins e Coulter (2014), pequenas organizações tendem a priorizar investimentos voltados à operação imediata do negócio, postergando iniciativas relacionadas à governança, segurança da informação e gestão de riscos, o que pode aumentar sua vulnerabilidade diante de ameaças internas e externas.

Nesse contexto, a transformação digital intensificou tanto as oportunidades quanto os riscos enfrentados pelas micro e pequenas empresas. A adoção de sistemas informatizados de gestão financeira, comércio eletrônico e meios digitais de pagamento ampliou a eficiência operacional, porém também expôs essas organizações a novos tipos de fraudes e crimes cibernéticos. Segundo relatórios da Confederação Nacional da Indústria (CNI, 2022), empresas de menor porte apresentam menor nível de maturidade em segurança digital quando comparadas às grandes corporações.

A fragilidade nos processos de governança corporativa constitui outro aspecto relevante. Para Anthony e Govindarajan (2008), a ausência de mecanismos formais de controle e supervisão compromete a eficiência organizacional e aumenta a probabilidade de ocorrência de erros, irregularidades e fraudes. Nas MPEs, essa realidade é frequentemente agravada pela concentração das decisões em um único gestor.

Adicionalmente, a mortalidade empresarial no Brasil está diretamente associada a deficiências na gestão financeira e no controle das informações econômicas. Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), parcela significativa das empresas encerra suas atividades nos primeiros anos de funcionamento devido à falta de planejamento, controle de custos e monitoramento adequado das operações financeiras.

2.2 Controles Internos e Gestão de Riscos nas Organizações

Os controles internos constituem elementos essenciais para a gestão eficiente das organizações, sendo responsáveis por assegurar a confiabilidade das informações financeiras, a proteção dos ativos e a conformidade das operações com normas e regulamentos vigentes. Segundo o *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (2013), o controle interno pode ser compreendido como um processo conduzido pela administração e pelos colaboradores, estruturado para fornecer segurança razoável quanto ao alcance dos objetivos organizacionais relacionados às operações, à divulgação de informações e ao cumprimento legal.

Para Kinney Jr. (2013), sistemas de controle adequadamente estruturados permitem identificar inconsistências operacionais e financeiras de forma tempestiva, contribuindo para a melhoria da governança corporativa e da transparência das informações contábeis. No âmbito contábil, os controles internos assumem papel estratégico na garantia da qualidade das demonstrações financeiras. Conforme destacam Arens, Elder e Beasley (2014), a confiabilidade dos registros contábeis depende da existência de procedimentos que assegurem autorização adequada das transações, segregação de funções, documentação apropriada e monitoramento contínuo das atividades organizacionais.

A gestão de riscos organizacionais surge como complemento indispensável aos controles internos, permitindo que as empresas identifiquem, avaliem e tratem eventos capazes

de comprometer seus objetivos estratégicos. De acordo com o modelo de Gestão de Riscos Corporativos proposto pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (2017), o gerenciamento de riscos deve estar integrado ao planejamento estratégico, possibilitando respostas preventivas diante de ameaças operacionais, financeiras e tecnológicas.

Segundo Iudicibus (2015), os controles internos não devem ser compreendidos apenas como mecanismos burocráticos, mas como instrumentos gerenciais capazes de auxiliar a administração na tomada de decisões e na preservação do patrimônio empresarial. Nesse sentido, a contabilidade exerce função central ao fornecer informações confiáveis para avaliação dos riscos corporativos.

A segregação de funções destaca-se como um dos princípios fundamentais dos controles internos. Conforme argumenta Perez Junior (2018), a concentração de responsabilidades em um único colaborador aumenta significativamente a probabilidade de erros e fraudes, especialmente em organizações de pequeno porte, nas quais a limitação de recursos humanos dificulta a implementação de estruturas formais de controle.

O avanço das tecnologias da informação ampliou a necessidade de adaptação dos controles internos ao ambiente digital. Para Hall (2016), os sistemas de informação contábil devem incorporar mecanismos de segurança capazes de proteger dados financeiros contra acessos não autorizados, manipulação indevida e perdas informacionais, especialmente diante do crescimento das operações eletrônicas.

A gestão de riscos também envolve a criação de uma cultura organizacional voltada à prevenção e à ética corporativa. Conforme destacam Anthony e Govindarajan (2008), organizações que promovem práticas de controle e responsabilização tendem a apresentar maior eficiência operacional e menor exposição a irregularidades financeiras.

No contexto das micro e pequenas empresas, entretanto, a implementação de controles internos enfrenta limitações estruturais e financeiras. Estudo do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2023) aponta que muitas dessas organizações operam sem políticas formais de gestão de riscos, o que aumenta sua vulnerabilidade a falhas operacionais e fraudes, sobretudo em ambientes digitais caracterizados pela rápida circulação de informações e transações eletrônicas.

2.3 Fraudes Digitais no Ambiente Empresarial

O avanço das tecnologias da informação e comunicação transformou significativamente o ambiente empresarial contemporâneo, promovendo maior agilidade nas operações financeiras e administrativas. Entretanto, paralelamente aos benefícios proporcionados pela digitalização dos processos organizacionais, observa-se o crescimento expressivo das fraudes digitais. Segundo a *Association of Certified Fraud Examiners* (2022), organizações em todo o mundo perdem, em média, cerca de 5% de suas receitas anuais em decorrência de fraudes ocupacionais e digitais.

Conforme conceitua Albrecht (2012), as fraudes organizacionais envolvem ações deliberadas destinadas à apropriação indevida de ativos, manipulação de registros contábeis ou distorção de informações financeiras, podendo ocorrer tanto por agentes internos quanto externos à organização.

No ambiente digital, essas práticas assumem novas configurações, incluindo invasões de sistemas, falsificação eletrônica de documentos, desvio de recursos por transferências bancárias fraudulentas, phishing corporativo e manipulação de dados contábeis informatizados. De acordo com Hall (2016), a crescente dependência dos sistemas de informação contábil ampliou a exposição das empresas a vulnerabilidades tecnológicas, tornando indispensável a adoção de mecanismos de segurança e monitoramento contínuo das transações eletrônicas.

As fraudes digitais frequentemente estão associadas à fragilidade dos controles internos e à ausência de políticas de segurança da informação. Conforme apontam Romney e Steinbart (2018), ambientes organizacionais com deficiência na segregação de funções, controle de acessos e auditoria de sistemas apresentam maior probabilidade de ocorrência de manipulações financeiras e vazamento de dados sensíveis.

As micro e pequenas empresas apresentam vulnerabilidade ainda maior diante das fraudes digitais, principalmente em razão da limitação de investimentos em tecnologia e segurança cibernética. Relatórios da *Serasa Experian* (2023) indicam crescimento contínuo das tentativas de fraude eletrônica no Brasil, afetando de forma significativa empresas de menor porte, que frequentemente não dispõem de equipes especializadas em gestão de riscos digitais.

Além dos prejuízos financeiros diretos, as fraudes digitais geram impactos reputacionais e operacionais capazes de comprometer a continuidade empresarial. Segundo Wells (2017), fundador da ACFE, os danos decorrentes de fraudes ultrapassam perdas monetárias, afetando a credibilidade organizacional, a confiança de investidores e o relacionamento com clientes e parceiros comerciais.

A evolução das práticas fraudulentas também acompanha o desenvolvimento tecnológico, tornando os métodos de detecção cada vez mais complexos. Para Cascarino (2013), os fraudadores utilizam técnicas sofisticadas de ocultação digital, exigindo das organizações abordagens preventivas baseadas em análise de dados, auditoria contínua e monitoramento eletrônico das operações financeiras.

Nesse cenário, a integração entre gestão de riscos, segurança da informação e auditoria contábil torna-se essencial para o enfrentamento das fraudes digitais. Conforme destaca Iudícibus (2015), a qualidade das informações contábeis depende diretamente da integridade dos sistemas que registram e processam as transações empresariais, reforçando a necessidade de mecanismos capazes de identificar distorções e inconsistências.

2.4 A contabilidade e a importância dos controles internos na prevenção de fraudes

A contabilidade exerce papel fundamental na geração de informações confiáveis que auxiliam na gestão e na tomada de decisões dentro das organizações. Por meio do registro, classificação e interpretação dos fatos contábeis, torna-se possível acompanhar a situação econômica e financeira das entidades, garantindo maior transparência e controle das operações realizadas. Nesse contexto, os controles internos surgem como instrumentos indispensáveis para assegurar a qualidade das informações contábeis e a proteção do patrimônio organizacional (Marion, 2020).

Os controles internos podem ser definidos como um conjunto de procedimentos, normas e políticas adotados pelas organizações com a finalidade de proteger seus ativos, garantir a confiabilidade das informações contábeis e promover a eficiência operacional. Esses mecanismos auxiliam na identificação de falhas nos processos organizacionais, contribuindo para reduzir erros e irregularidades que possam comprometer os resultados da empresa. Dessa forma, o controle interno torna-se um elemento essencial para o funcionamento adequado da gestão empresarial (Attie, 2020).

Os controles internos desempenham papel relevante no fortalecimento da governança corporativa e na prevenção de fraudes dentro das organizações. Quando devidamente estruturados, esses mecanismos permitem o monitoramento das atividades operacionais e financeiras, possibilitando identificar inconsistências e práticas inadequadas. Nesse sentido, a adoção de procedimentos de controle bem definidos contribui significativamente para a integridade das informações contábeis e para a confiabilidade dos relatórios utilizados pelos gestores (Crepaldi; Crepaldi, 2019).

Os controles internos devem estar alinhados aos objetivos estratégicos da organização, garantindo que as operações sejam realizadas de forma eficiente e segura. Nesse processo, é fundamental que as empresas adotem mecanismos que permitam a segregação de funções, a supervisão das atividades e a verificação constante dos registros contábeis. Tais práticas contribuem para minimizar riscos operacionais e fortalecer o sistema de controle interno das entidades (Padoveze, 2023).

Nesse contexto, o profissional contábil assume papel estratégico na implementação e no acompanhamento dos controles internos. O contador não atua apenas no registro das informações financeiras, mas também na análise e interpretação dos dados contábeis, auxiliando os gestores na identificação de riscos e na adoção de medidas preventivas. Dessa forma, sua atuação contribui diretamente para a melhoria dos processos organizacionais e para o fortalecimento da gestão empresarial (Iudícibus et al., 2021).

A participação do contador na estruturação dos controles internos é fundamental para assegurar a confiabilidade das informações contábeis e reduzir a ocorrência de fraudes. Por meio da aplicação de técnicas contábeis e da análise crítica dos registros financeiros, esse profissional pode identificar inconsistências e orientar a administração quanto à adoção de práticas mais seguras de controle e monitoramento das operações. Assim, o contador torna-se um agente importante na promoção da transparência e da integridade das informações organizacionais (Almeida, 2019).

Com o avanço das tecnologias e a digitalização dos processos empresariais, surgem também novos desafios relacionados à segurança das informações e à ocorrência de fraudes digitais. Nesse cenário, os controles internos tornam-se ainda mais relevantes, pois auxiliam na criação de mecanismos capazes de reduzir vulnerabilidades e proteger os sistemas de informação das empresas. A atuação do contador, aliada a procedimentos eficazes de controle, contribui para minimizar riscos e fortalecer a gestão das organizações (Crepaldi; Crepaldi, 2019).

3 Procedimentos metodológicos

A presente pesquisa, intitulada “A importância do controle interno na prevenção de fraudes digitais em micro e pequenas empresas de Guarabira–PB”, tem como objetivo analisar de que forma os mecanismos de controle interno podem auxiliar micro e pequenas empresas na identificação e prevenção de fraudes digitais, considerando a percepção de profissionais contábeis que atuam diretamente no atendimento a esse segmento empresarial.

Quanto à abordagem, o estudo caracteriza-se como qualitativo, uma vez que busca compreender percepções, experiências e interpretações dos participantes acerca do fenômeno investigado. De acordo com Minayo (2014), a pesquisa qualitativa é adequada para a investigação de fenômenos sociais complexos, pois permite analisar significados, opiniões e experiências vivenciadas pelos sujeitos envolvidos no contexto pesquisado.

Em relação aos objetivos, a pesquisa apresenta caráter exploratório e descritivo. Segundo Lakatos e Marconi (2017), a pesquisa exploratória tem como finalidade proporcionar maior familiaridade com o problema investigado, contribuindo para o aprofundamento do conhecimento sobre determinado tema.

Já a pesquisa descritiva busca observar, registrar e analisar características de um fenômeno ou grupo específico, sem interferência do pesquisador no ambiente estudado. Nesse sentido, a combinação dessas abordagens possibilita compreender, de forma mais ampla, as práticas de controle interno adotadas pelas micro e pequenas empresas e as percepções dos profissionais contábeis sobre os riscos de fraudes digitais.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, técnica amplamente utilizada em pesquisas qualitativas por permitir maior flexibilidade na condução do diálogo e aprofundamento das respostas dos participantes. Conforme Gil (2022), as

entrevistas semiestruturadas possibilitam explorar percepções e experiências dos sujeitos de forma mais detalhada, ao mesmo tempo em que mantêm um roteiro básico que orienta a coleta das informações necessárias ao estudo.

As entrevistas foram aplicadas junto a três profissionais contábeis que atuam em escritórios de contabilidade responsáveis pela prestação de serviços a micro e pequenas empresas localizadas no município de Guarabira, Paraíba. A escolha dos participantes ocorreu por amostragem por conveniência, considerando a acessibilidade, voluntariedade e disponibilidade em participar da pesquisa.

Segundo Vergara (2016), a amostragem por conveniência é comum em estudos exploratórios, especialmente quando o objetivo é obter percepções qualificadas de indivíduos que possuem experiência direta com o fenômeno investigado. O roteiro de entrevista foi composto por sete questões abertas, organizadas em três eixos temáticos principais: controles internos nas micro e pequenas empresas; ocorrência e tipos de fraudes digitais no ambiente empresarial; e atuação do profissional contábil e medidas de prevenção de fraudes digitais. Essa estrutura permitiu compreender tanto as práticas de gestão adotadas pelas empresas quanto o papel desempenhado pelos profissionais contábeis na orientação e prevenção de riscos.

Com o objetivo de preservar a identidade dos participantes e garantir os princípios éticos da pesquisa, os entrevistados foram identificados por códigos alfanuméricos (E1 a E5), conforme apresentado no Quadro 1. Essa estratégia é recomendada em pesquisas qualitativas que envolvem coleta de depoimentos, garantindo anonimato e confidencialidade das informações fornecidas pelos participantes.

Quadro 1: Perfil dos entrevistados

Entrevistado	Tempo de atuação na área contábil	Área principal de atuação
E1	1 ano	Contabilidade para micro e pequenas empresas e Imposto de Renda Pessoa Física
E2	2 anos	Contabilidade e setor fiscal em escritório contábil
E3	4 anos	Assessoria contábil e financeira para pequenas empresas

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Após a realização das entrevistas, os dados coletados foram organizados e analisados por meio da técnica de análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2011). Essa técnica consiste em um conjunto de procedimentos sistemáticos que permitem identificar categorias temáticas, padrões de respostas e significados presentes nas falas dos participantes.

O processo de análise seguiu três etapas principais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados e interpretação. Na fase de pré-análise, realizou-se a leitura flutuante das respostas obtidas nas entrevistas, buscando identificar ideias centrais e elementos recorrentes nos depoimentos. Na etapa de exploração do material, as falas dos participantes foram agrupadas em categorias temáticas, relacionadas aos principais tópicos investigados no roteiro de entrevistas. Por fim, na fase de tratamento dos resultados e interpretação, procedeu-se à análise comparativa das respostas, relacionando os achados empíricos com os referenciais teóricos apresentados no estudo.

Dessa forma, a adoção da abordagem qualitativa, aliada à técnica de análise de conteúdo, possibilitou compreender de maneira aprofundada as percepções dos profissionais

contábeis sobre os controles internos nas micro e pequenas empresas e os desafios relacionados à prevenção de fraudes digitais no contexto empresarial local.

4 Resultados e Discussão

O Quadro 1, apresentado a seguir, sintetiza os resultados da pesquisa, apresentando os respectivos eixos temáticos que embasaram as categorias de análise, assim como as respostas, descritas de forma sucinta, colhidas junto aos participantes da pesquisa.

Quadro 2: Resultados da Pesquisa

Categorias Temáticas	E1	E2	E3
Tempo de atuação e área contábil	1 ano de atuação; foco em contabilidade para micro e pequenas empresas e IRPF.	2 anos de atuação; área contábil e fiscal em escritório que atende microempresas.	4 anos de atuação; setor contábil com foco em abertura de empresas e assessoria financeira.
Percepção sobre controles internos nas MPEs	A maioria não possui controles estruturados; utilizam planilhas ou registros informais.	Controles existem de forma limitada e pouco formalizada, geralmente centralizados no proprietário.	Muitas empresas possuem controles básicos, porém sem padronização ou acompanhamento sistemático.
Principais fragilidades de gestão	Mistura de finanças pessoais e empresariais; ausência de controle de fluxo de caixa; baixo investimento em tecnologia.	Falta de planejamento financeiro, ausência de controles sistemáticos e pouca utilização de relatórios gerenciais.	Falta de organização financeira, ausência de controle de estoque e pouca capacitação administrativa dos gestores.
Contato com casos de fraudes digitais	Não teve contato com casos.	Já presenciou casos suspeitos de e-mails fraudulentos enviados para empresas clientes.	Teve conhecimento de tentativas de fraude por mensagens e boletos falsos.
Tipos de fraudes digitais mais frequentes	Não possui conhecimento sobre o tema.	Phishing por e-mail, boletos falsos e tentativas de alteração de dados bancários.	Golpes por aplicativos de mensagens e envio de boletos fraudulentos.
Contribuição do contador na prevenção de fraudes	Implantação de rotinas de conferência, conciliação bancária e orientação sobre segregação de funções.	Orientação sobre boas práticas de controle interno e análise das movimentações financeiras.	Acompanhamento das operações financeiras e orientação preventiva sobre segurança digital.

Medidas essenciais para reduzir riscos de fraudes digitais	Implantação de controles internos, uso de sistemas de gestão, autenticação em dois fatores e treinamento em segurança digital.	Uso de sistemas de gestão integrados, conferência de pagamentos e capacitação básica em segurança da informação.	Adoção de senhas seguras, conferência de boletos e implementação de políticas internas de segurança digital.
---	--	--	--

Fonte: Elaborado pela autora, 2026.

4.1 Perfil dos profissionais entrevistados

Os entrevistados apresentam tempo de atuação relativamente recente na área contábil, variando entre um ano a quatro anos de experiência profissional. Em relação às áreas de atuação, observa-se predominância nos setores contábil, fiscal e de legalização de empresas, atividades comuns em escritórios que prestam serviços a micro e pequenas empresas.

Todos os entrevistados atuam diretamente no atendimento a micro e pequenas empresas, o que lhes proporciona contato frequente com as rotinas administrativas, financeiras e tributárias dessas organizações. Essa proximidade com o cotidiano empresarial permite que os profissionais observem, na prática, aspectos relacionados à gestão financeira, à organização dos controles internos e às vulnerabilidades existentes nos processos administrativos das empresas atendidas, contribuindo para a análise do fenômeno investigado nesta pesquisa.

Esse aspecto é relevante, pois o profissional contábil desempenha um papel fundamental no suporte gerencial às empresas, contribuindo para a organização das informações financeiras e para a tomada de decisões mais seguras. De acordo com Marion (2018), o contador moderno deixou de desempenhar apenas funções operacionais e passou a atuar também como um importante agente de orientação estratégica para os gestores empresariais. Nesse sentido, sua proximidade com as rotinas organizacionais possibilita a identificação de falhas de controle e vulnerabilidades administrativas.

Conforme destacam Padoveze e Benedicto (2020), o profissional contábil exerce papel essencial no processo de gestão organizacional, especialmente em empresas de pequeno porte, nas quais o gestor muitas vezes não possui formação administrativa ou contábil. Nesses casos, o contador se torna uma das principais fontes de orientação para a organização das finanças, implantação de controles internos e prevenção de irregularidades. Assim, a experiência prática desses profissionais com micro e pequenas empresas contribui para a compreensão das dificuldades enfrentadas por esses negócios no que se refere à gestão financeira e à segurança das informações.

4.2 Percepção sobre os controles internos nas micro e pequenas empresas

A análise das entrevistas evidencia que, na percepção dos profissionais contábeis participantes da pesquisa, a maioria das micro e pequenas empresas ainda apresenta fragilidades significativas no que se refere à implementação de controles internos. Os entrevistados relataram que muitas organizações utilizam controles informais, baseados em planilhas simples, registros manuais ou, em alguns casos, apenas na confiança do proprietário em seus funcionários.

Essa realidade foi destacada por diferentes participantes da pesquisa. Conforme relatado por um dos entrevistados, “na maioria dos casos, as empresas ainda trabalham com controles informais, planilhas básicas ou até anotações manuais” (E1).

Além disso, um dos entrevistados ressaltou que, em muitos casos, os controles existentes não são formalizados ou estruturados de maneira sistemática, sendo conduzidos de forma empírica pelos próprios gestores (E2). Outro entrevistado acrescentou que os controles

internos, quando existentes, são frequentemente limitados e pouco organizados, dificultando o acompanhamento das movimentações financeiras e administrativas das empresas (E3).

Essa realidade confirma a literatura especializada, que aponta que empresas de menor porte frequentemente apresentam estruturas administrativas menos formalizadas, o que pode aumentar os riscos de erros e irregularidades. Segundo Crepaldi e Crepaldi (2019), os controles internos são mecanismos fundamentais para garantir a confiabilidade das informações contábeis e a proteção do patrimônio das organizações, sendo essenciais para prevenir fraudes, desperdícios e falhas operacionais.

Entretanto, muitas micro e pequenas empresas enfrentam dificuldades para implementar sistemas mais estruturados de controle, seja por limitações financeiras, falta de conhecimento técnico ou pela percepção de que tais mecanismos seriam desnecessários para negócios de menor porte.

Nesse sentido, Attie (2020) afirma que o controle interno consiste em um conjunto de procedimentos e políticas adotados pela organização com o objetivo de proteger seus ativos, garantir a confiabilidade das informações e assegurar o cumprimento das normas e políticas estabelecidas.

Quando esses mecanismos não são adequadamente implementados, as empresas tornam-se mais vulneráveis a erros administrativos, falhas operacionais e até mesmo a práticas fraudulentas. Assim, os resultados indicam que a ausência de controles estruturados ainda é uma realidade presente em muitas micro e pequenas empresas, o que reforça a necessidade de maior conscientização sobre a importância desses mecanismos para a sustentabilidade dos negócios.

4.3 Fragilidades de gestão nas micro e pequenas empresas

Outro aspecto identificado nas entrevistas refere-se às principais fragilidades de gestão observadas nas micro e pequenas empresas. Entre os problemas mais citados pelos profissionais contábeis destacam-se a mistura entre finanças pessoais e empresariais, a ausência de controle estruturado do fluxo de caixa, a falta de planejamento financeiro e o baixo uso de relatórios gerenciais para a tomada de decisões.

Nesse sentido, alguns entrevistados ressaltaram que a confusão entre recursos pessoais e empresariais é uma prática recorrente nesse tipo de organização. Conforme relatado por um dos participantes, “uma das principais fragilidades é a falta de separação entre as finanças pessoais e as finanças da empresa” (E1). Outro entrevistado acrescentou que muitos gestores ainda enfrentam dificuldades em conduzir seus negócios de forma estratégica, especialmente pela “incapacidade de gerir a empresa de maneira segura, seguindo metas e estratégias eficientes” (E2).

Também foram mencionadas fragilidades relacionadas à formação de preços e à organização das informações financeiras. Segundo um dos entrevistados, erros na definição do preço de produtos ou serviços são comuns quando a empresa não possui controle adequado dos custos e das receitas (E3). Dessa forma, os relatos evidenciam que a ausência de práticas estruturadas de gestão financeira representa um dos principais desafios enfrentados pelas micro e pequenas empresas, podendo comprometer tanto a eficiência administrativa quanto a sustentabilidade do negócio.

Essas dificuldades são recorrentes em empresas de pequeno porte, especialmente quando o gestor assume múltiplas funções dentro do negócio e não possui formação específica na área de gestão. De acordo com Chiavenato (2020), a administração financeira eficiente é essencial para garantir a continuidade das organizações, sendo necessário que os gestores mantenham controle adequado sobre receitas, despesas e investimentos.

A falta de planejamento financeiro pode comprometer significativamente a saúde econômica da empresa. Conforme Assaf Neto (2020), o planejamento financeiro permite antecipar necessidades de recursos, avaliar riscos e definir estratégias que contribuam para a sustentabilidade do negócio no longo prazo. Quando esse planejamento não é realizado, a empresa passa a operar de forma reativa, tomando decisões apenas diante de problemas emergenciais.

A ausência de separação entre recursos pessoais e empresariais também representa um problema recorrente nas micro e pequenas empresas. Segundo Marion (2018), essa prática dificulta a análise real da situação financeira do negócio e compromete a transparência das informações contábeis, o que pode afetar tanto a gestão interna quanto o relacionamento com instituições financeiras e órgãos fiscalizadores. Portanto, os resultados indicam que as fragilidades de gestão identificadas pelos entrevistados estão diretamente relacionadas à falta de estrutura administrativa e à ausência de controles financeiros adequados.

4.4 Ocorrência e tipos de fraudes digitais nas empresas

Em relação à ocorrência de fraudes digitais, os resultados demonstram que nem todos os profissionais entrevistados tiveram contato direto com casos concretos envolvendo empresas atendidas. Alguns participantes relataram não ter presenciado situações dessa natureza em sua rotina profissional. Conforme destacou um dos entrevistados, “não tive conhecimento de casos de fraudes digitais nas empresas que atendo” (E1). De forma semelhante, outro participante afirmou que “nunca tive contato direto com esse tipo de situação” (E2). Entretanto, mesmo que nem todos tenham vivenciado casos concretos, alguns profissionais relataram situações em que empresas receberam mensagens suspeitas, e-mails fraudulentos ou cobranças indevidas, o que exigiu maior atenção por parte dos gestores antes da realização de pagamentos.

Os entrevistados também destacaram que esse tipo de golpe tem se tornado cada vez mais comum no ambiente digital, especialmente por meio de mensagens eletrônicas e documentos falsificados. Conforme relatado por um dos participantes, “os golpes geralmente acontecem por meio de e-mails ou mensagens falsas que simulam cobranças ou comunicados oficiais” (E3). Dessa forma, observa-se que, mesmo quando não ocorre efetivamente a fraude, as tentativas de golpes digitais fazem parte da realidade enfrentada por muitas empresas, exigindo maior atenção e verificação das informações antes da realização de transações financeiras. Entre os tipos de fraudes mais citados destacam-se o envio de boletos falsos, e-mails fraudulentos se passando por instituições financeiras ou contadores, além de tentativas de alteração de dados bancários por parte de supostos fornecedores. Esses golpes são cada vez mais comuns no ambiente digital e podem gerar prejuízos financeiros significativos para as empresas.

De acordo com Kurose e Ross (2016), o avanço das tecnologias da informação trouxe inúmeras vantagens para as organizações, mas também ampliou as possibilidades de ataques cibernéticos e fraudes digitais. Nesse contexto, as empresas precisam adotar mecanismos de segurança capazes de reduzir essas vulnerabilidades. Conforme destaca o relatório da *Association of Certified Fraud Examiners – ACFE* (2022), organizações com estruturas de controle interno mais frágeis apresentam maior probabilidade de sofrer perdas decorrentes de fraudes, especialmente em ambientes digitais onde as transações são realizadas de forma rápida e, muitas vezes, sem verificação adequada.

No caso das micro e pequenas empresas, essa vulnerabilidade pode ser ainda maior, uma vez que muitas dessas organizações não possuem políticas estruturadas de segurança da informação. Assim, os resultados indicam que a falta de conhecimento sobre fraudes digitais e a ausência de mecanismos de verificação contribuem para aumentar os riscos enfrentados por esses negócios.

4.5 Contribuições do profissional contábil na prevenção de fraudes

Os entrevistados destacaram que o profissional contábil pode desempenhar um papel estratégico na prevenção de fraudes digitais, principalmente por meio da orientação aos gestores e da implementação de rotinas de controle financeiro. Entre as ações mencionadas estão a realização de conciliações bancárias, a verificação de pagamentos antes de sua efetivação, a organização das informações financeiras e a orientação sobre práticas seguras no ambiente digital.

Nesse sentido, um dos participantes ressaltou que o contador exerce função importante na implementação de procedimentos de controle dentro das empresas, destacando que “o contador tem um papel estratégico na prevenção de fraudes, podendo implementar rotinas de conferência e conciliação bancária, além de orientar sobre a segregação de funções dentro da empresa” (E1). Essa atuação contribui para fortalecer os mecanismos de controle e reduzir possíveis falhas nos processos administrativos e financeiros. Além disso, os entrevistados enfatizaram a importância da orientação preventiva oferecida pelo profissional contábil, sobretudo no que se refere à verificação de informações antes da realização de pagamentos.

Outro aspecto destacado refere-se à experiência do profissional contábil na identificação de comunicações suspeitas. Segundo um dos entrevistados, o contador, por lidar frequentemente com documentos fiscais e obrigações empresariais, consegue auxiliar os gestores a reconhecer possíveis tentativas de fraude, uma vez que “trabalha com ferramentas e informações oficiais, sabendo identificar formas corretas de cobrança e diferenças entre e-mails seguros e mensagens fraudulentas” (E2).

Nesse contexto, o contador passa a atuar não apenas como responsável pelo registro das operações contábeis, mas também como um agente de apoio à gestão empresarial. Segundo Padoveze (2023), a contabilidade gerencial tem como objetivo fornecer informações úteis para a tomada de decisões, contribuindo para melhorar o desempenho e a segurança das organizações.

O profissional contábil pode contribuir para a disseminação de boas práticas de controle interno dentro das empresas. Conforme Attie (2020), a implementação de procedimentos de controle adequados permite identificar inconsistências nas operações financeiras e reduzir significativamente as oportunidades para a ocorrência de fraudes.

Outro aspecto destacado pelos entrevistados foi a importância da conscientização dos gestores e funcionários sobre os riscos existentes no ambiente digital. Muitas fraudes ocorrem justamente pela falta de conhecimento ou pela ausência de procedimentos de verificação antes da realização de pagamentos ou compartilhamento de informações sensíveis. Dessa forma, os resultados indicam que o contador pode exercer papel relevante na prevenção de fraudes digitais, atuando como orientador e colaborando para o fortalecimento dos controles internos nas micro e pequenas empresas.

4.6 Medidas preventivas para redução de riscos de fraudes digitais

Os entrevistados destacaram diversas medidas consideradas essenciais para reduzir os riscos de fraudes digitais nas empresas. Entre as principais recomendações estão a implantação de controles internos mais estruturados, o uso de sistemas de gestão integrados, a adoção de autenticação em dois fatores em contas bancárias e e-mails corporativos, além da realização de treinamentos básicos de segurança digital para funcionários.

Nesse sentido, um dos entrevistados ressaltou que a implementação de mecanismos de controle mais organizados constitui uma das principais estratégias de prevenção. Conforme relatado, “algumas medidas essenciais são a implantação de controles internos, o uso de sistemas de gestão e a autenticação em dois fatores em bancos e e-mails” (E1).

Essas ferramentas contribuem para fortalecer a segurança das informações e reduzir a possibilidade de acessos indevidos aos sistemas financeiros das empresas. Além disso, os participantes destacaram a importância de adotar procedimentos de conferência antes da realização de pagamentos, principalmente quando houver alteração de dados bancários ou solicitações inesperadas.

Outro aspecto mencionado refere-se à necessidade de ampliar o conhecimento dos gestores e colaboradores sobre os riscos existentes no ambiente digital. Um dos entrevistados destacou que muitas empresas acabam sendo vítimas de golpes por falta de informação, ressaltando a importância de “ter conhecimento básico das obrigações da empresa e contar com o apoio de um profissional contábil que possa orientar corretamente” (E2). Nesse sentido, o treinamento e a conscientização dos funcionários tornam-se medidas importantes para fortalecer a cultura de segurança dentro das organizações.

Essas medidas são amplamente reconhecidas na literatura como estratégias eficazes para fortalecer a segurança das informações organizacionais. Segundo Laudon e Laudon (2021), a segurança da informação tornou-se um elemento fundamental na gestão empresarial contemporânea, exigindo a adoção de políticas e ferramentas capazes de proteger dados e sistemas contra acessos não autorizados.

A utilização de sistemas de gestão empresarial contribui para melhorar o controle das operações financeiras e administrativas. De acordo com Padoveze e Benedicto (2020), sistemas integrados de gestão permitem maior controle sobre as atividades da empresa, facilitando o monitoramento das operações e a identificação de inconsistências.

O treinamento dos funcionários também foi mencionado como uma estratégia importante, uma vez que muitos golpes digitais exploram falhas humanas, como a falta de atenção ao verificar e-mails ou documentos recebidos. Nesse sentido, Kurose e Ross (2016) destacam que a segurança da informação depende não apenas de tecnologias, mas também do comportamento dos usuários dentro das organizações. Assim, os resultados evidenciam que a prevenção de fraudes digitais em micro e pequenas empresas depende da combinação entre controles internos eficientes, uso adequado de tecnologias e capacitação dos colaboradores.

5 Considerações Finais

O presente estudo teve como objetivo analisar a importância do controle interno na prevenção de fraudes digitais em micro e pequenas empresas do município de Guarabira-PB, a partir da percepção de profissionais contábeis que atuam diretamente no atendimento a esse segmento empresarial. Para alcançar esse objetivo, foi realizada uma pesquisa de abordagem qualitativa, utilizando entrevistas semiestruturadas com contadores que acompanham a rotina administrativa e financeira dessas organizações.

Os resultados obtidos evidenciam que muitas micro e pequenas empresas ainda apresentam fragilidades significativas em relação à implementação de controles internos. Conforme apontado pelos entrevistados, é comum a existência de controles informais, baseados em planilhas simples, registros manuais ou até mesmo na confiança do gestor em seus colaboradores. Essa realidade demonstra que, apesar da importância desses mecanismos para a segurança das operações empresariais, sua adoção ainda ocorre de forma limitada em muitos negócios de pequeno porte.

A pesquisa permitiu identificar algumas fragilidades recorrentes na gestão das micro e pequenas empresas, entre as quais se destacam a mistura entre finanças pessoais e empresariais, a ausência de planejamento financeiro estruturado, o controle insuficiente do fluxo de caixa e a baixa utilização de relatórios gerenciais no processo de tomada de decisões. Esses fatores contribuem para aumentar a vulnerabilidade dessas organizações diante de erros administrativos e possíveis práticas fraudulentas.

No que se refere às fraudes digitais, observou-se que, embora nem todos os profissionais entrevistados tenham vivenciado casos concretos envolvendo empresas atendidas, foram relatadas diversas tentativas de golpes digitais, especialmente por meio de e-mails fraudulentos, boletos falsos e mensagens enviadas por aplicativos de comunicação. Tais práticas têm se tornado cada vez mais frequentes no ambiente empresarial, exigindo maior atenção por parte dos gestores e colaboradores.

Nesse contexto, o estudo também evidenciou o papel estratégico do profissional contábil na prevenção e identificação de possíveis fraudes digitais. Os entrevistados destacaram que o contador pode contribuir significativamente por meio da orientação aos gestores, da implementação de rotinas de conferência financeira, da realização de conciliações bancárias e da disseminação de boas práticas relacionadas à segurança da informação. Dessa forma, a atuação do profissional contábil ultrapassa as atividades tradicionais de registro e cumprimento de obrigações fiscais, assumindo também uma função de apoio à gestão e à proteção do patrimônio das organizações.

Entre as medidas consideradas mais eficazes para reduzir os riscos de fraudes digitais nas micro e pequenas empresas, destacam-se a implantação de controles internos mais estruturados, o uso de sistemas de gestão integrados, a adoção de mecanismos de autenticação em duas etapas e a realização de treinamentos voltados à conscientização dos colaboradores sobre segurança digital. Essas estratégias contribuem para fortalecer os processos administrativos e reduzir vulnerabilidades no ambiente organizacional.

Diante disso, conclui-se que o fortalecimento dos controles internos representa um fator fundamental para a prevenção de fraudes digitais nas micro e pequenas empresas. A adoção de práticas de gestão mais estruturadas, aliada ao suporte técnico de profissionais contábeis, pode contribuir significativamente para aumentar a segurança das operações e melhorar a qualidade das informações utilizadas na tomada de decisões.

Por fim, destaca-se que o presente estudo apresenta algumas limitações, especialmente em relação ao número de participantes da pesquisa, o que restringe a generalização dos resultados. Dessa forma, recomenda-se que pesquisas futuras ampliem o número de entrevistados e incluam também gestores de micro e pequenas empresas, bem como profissionais da área de tecnologia da informação, possibilitando uma análise mais abrangente sobre os mecanismos de prevenção de fraudes digitais no contexto empresarial.

Referências

- ACFE – ASSOCIATION OF CERTIFIED FRAUD EXAMINERS. *Report to the Nations: Global Study on Occupational Fraud and Abuse*. Austin: ACFE, 2022.
- ALBRECHT, W. Steve; ALBRECHT, Conan C.; ALBRECHT, Chad O.; ZIMBELMAN, Mark F. *Fraud examination*. 4. ed. Boston: Cengage Learning, 2012.
- ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. *Auditoria: um curso moderno e completo*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- ANTHONY, Robert N.; GOVINDARAJAN, Vijay. *Sistemas de controle gerencial*. 12. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2008.
- ASSAF NETO, Alexandre. *Finanças corporativas e valor*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2020.
- ASSOCIATION OF CERTIFIED FRAUD EXAMINERS (ACFE). *Report to the Nations: Global Study on Occupational Fraud and Abuse*. Austin: ACFE, 2022. Disponível em: <https://www.acfe.com/report-to-the-nations> Acesso em: 26 fev. 2026.
- ATTIE, William. *Auditoria: conceitos e aplicações*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2020.
- BRASIL. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br.htm>. Acesso em: 26 fev. 2026.
- CHIAVENATO, Idalberto. *Introdução à teoria geral da administração*. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2020.
- COMMISSION (COSO). *Internal Control – Integrated Framework*. New York: COSO, 2013. Disponível em: <https://www.coso.org> Acesso em: 26 fev. 2026.
- COMMITTEE OF SPONSORING ORGANIZATIONS OF THE TREADWAY COMMISSION (COSO). *Enterprise Risk Management – Integrating with Strategy and Performance*. New York: COSO, 2017. Disponível em: <https://www.coso.org> Acesso em: 26 fev. 2026.
- CREPALDI, Silvio Aparecido; CREPALDI, Guilherme Simões. *Auditoria contábil: teoria e prática*. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- CRESSEY, Donald R. *Other people's money: a study in the social psychology of embezzlement*. New York: Free Press, 1953.
- HALL, James A. *Accounting information systems*. 9. ed. Boston: Cengage Learning, 2016.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Demografia das empresas e estatísticas de empreendedorismo*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br> Acesso em: 26 fev. 2026.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariovaldo dos. *Manual de contabilidade societária*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Teoria da contabilidade*. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

INTERNATIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS (IFAC). *Handbook of International Quality Control, Auditing, Review, Other Assurance, and Related Services Pronouncements*. New York: IFAC, 2018. Disponível em: <https://www.ifac.org> Acesso em: 26 fev. 2026.

KUROSE, James F.; ROSS, Keith W. *Redes de computadores e a Internet: uma abordagem top-down*. 6. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2016.

LAUDON, Kenneth C.; LAUDON, Jane P. *Sistemas de informação gerenciais*. 16. ed. São Paulo: Pearson, 2021.

MARION, José Carlos. *Contabilidade empresarial*. 19. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

PADOVEZE, Clóvis Luís. *Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2023.

PADOVEZE, Clóvis Luís; BENEDICTO, Gideon Carvalho de. *Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil*. São Paulo: Atlas, 2020.

PEREZ JUNIOR, José Hernandez. *Auditoria de demonstrações contábeis: normas e procedimentos*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

ROBBINS, Stephen P.; COULTER, Mary. *Administração*. 12. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014.

ROMNEY, Marshall B.; STEINBART, Paul J. *Accounting information systems*. 14. ed. Boston: Pearson, 2018.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). *Anuário do trabalho nos pequenos negócios*. Brasília: SEBRAE, 2023. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br> Acesso em: 26 fev. 2026.

SERASA EXPERIAN. *Indicador de tentativas de fraude no Brasil*. São Paulo: Serasa Experian, 2023. Disponível em: <https://www.serasaexperian.com.br> Acesso em: 26 fev. 2026.

SOUZA, A. B. E, BAUER, M; COLETTI, L. A importância da governança corporativa e do controle interno na área contábil. **Revista Gestão E Desenvolvimento**, 17(1), 148–174. 2020.

TRIDANDE, G et al., A importância dos controles internos na mitigação de erros e fraudes contábeis nas organizações. **REASE**. São Paulo, v. 11, n. 11, nov. 2025

WELLS, Joseph T. *Corporate fraud handbook: prevention and detection*. 5. ed. Hoboken: John Wiley & Sons, 2017.

APÊNDICE A
ROTEIRO DE ENTREVISTA

Título da Pesquisa:

A atuação da auditoria contábil na detecção e prevenção de fraudes digitais em micro e pequenas empresas.

PERFIL PROFISSIONAL

1. Há quanto tempo atua na área contábil e qual sua principal área de atuação?

CONTROLES INTERNOS NAS EMPRESAS

2. Na sua percepção, as micro e pequenas empresas possuem controles internos adequados?
3. Quais são as principais fragilidades de gestão observadas nesses negócios?

FRAUDES DIGITAIS

4. Você já teve conhecimento ou contato com casos de fraudes digitais em empresas atendidas?
5. Quais tipos de fraudes digitais são mais frequentes nas micro e pequenas empresas?

ATUAÇÃO DO CONTADOR/AUDITORIA

6. De que forma o profissional contábil pode contribuir para prevenir ou identificar fraudes digitais?

PREVENÇÃO

7. Quais medidas você considera essenciais para reduzir riscos de fraudes digitais nas empresas?